PÓS-ELEIÇÃO

Derrota muda relação com evangélicos

Com a fuga de Flávio para os Estados Unidos, pastores e bispos adotam cautela, expõem divergências e aguardam os próximos passos da família Bolsonaro

» DANANDRA ROCHA

Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados - 30.9.26



A derrota de Flávio Bolsonaro (PL) na eleição presidencial e os movimentos da família após o resultado das urnas evidenciam desgaste ao grupo político do ex-presidente Jair Bolsonaro: a interlocução com lideranças evangélicas. Pastores e bispos que apoiaram o senador durante a campanha passaram a adotar um discurso mais cauteloso, marcado pela expectativa sobre os próximos passos da família, pelo reconhecimento da vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e por críticas pontuais à condução política dos Bolsonaro.

Embora não haja um rompimento generalizado, as manifestações indicam que a relação com o segmento religioso, um dos pilares eleitorais do bolsonarismo, atravessa um momento de incerteza. O bispo Robson Rodovalho, fundador da Sara Nossa Terra e um dos interlocutores religiosos de Jair Bolsonaro, avalia que o cenário ainda está indefinido.

Conselheiro espiritual do ex-presidente desde Bolsonaro começou a cumprir pena, Rodovalho afirma que o respeito e o carinho pela família permanecem, mas a atuação política dependerá das decisões que serão tomadas daqui para frente. "Acho que todo mundo está em ritmo de espera para entender um pouco mais o que aconteceu. Tivemos um resultado muito na contramão da expectativa", afirma. Para o bispo, a situação de Jair Bolsonaro, que permanece preso, e a saída de Flávio do país são fatores que tornam o futuro político do grupo ainda mais incerto.

A postura de cautela é compartilhada, mas não necessariamente acompanhada de uma mudança de apoio. A ex-deputada distrital e pastora Sandra Faraj vê a movimentação de lideranças como Silas Malafaia e Edir Macedo relacionada à dinâmica partidária. Faraj avalia que o Republicanos, ligado à Igreja Universal, tende a se acomodar, sem assumir uma oposição permanente. "A partir do momento que a resposta do jogo político não foi o esperado, (...) existe um movimento natural de os partidos se acomodarem com o atual governo", acredita. Na avaliação da pastora, a aproximação de setores religiosos com o governo Lula pode ocorrer por pragmatismo, sem significar uma mudança de convicções.

Sandra Faraj, contudo, rejeita a ideia de que a cautela represente uma ruptura entre o meio evangélico e os Bolsonaro. Segundo ela, lideranças cristãs que não têm envolvimento político ou partidário tendem a continuar apoiando a família Bolsonaro por afinidade de princípios. "O que nos leva é o compartilhamento de princípios. Os princípios que nós dividimos são os mesmos", afirma. A ex-distrital considera que o fim do período eleitoral reduz o tom incisivo das manifestações, mas não altera necessariamente a posição política dos religiosos. "Isso não muda o apoio das lideranças. As lideranças hoje vêm de prudência, lógico, tem que ter prudência, mas acho que não muda a visão da situação", declara.

Entre as manifestações mais contundentes de insatisfação está a do pastor Silas Malafaia, líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo e um dos aliados religiosos mais próximos de Jair Bolsonaro durante o governo. Em mensagem privada divulgada pelo *O Globo* enviada a interlocutores, divulgada após a carta de Flávio nos Estados Unidos, Malafaia criticou a condução política dos filhos do ex-presidente. "Esses filhos de Bolsonaro são uns jumentos. Só se aconselham com gente errada! Faz carta, fala bobagem, depois corrige", escreveu. A crítica foi dirigida à reação de Flávio após a derrota, quando o senador se declarou "verdadeiro presidente eleito" em uma carta com alegações de fraude eleitoral.

> **O que nos leva é o compartilhamento de princípios. Os princípios que nós dividimos são so mesmos. (...) Isso não muda o apoio das lideranças. As lideranças hoje vêm de prudência, lógico, tem que ter prudência, mas acho que não muda a visão da situação"**
>
> ***Sandra Faraj,*** *pastora e ex-deputada distrital*

> **Acho que todo mundo está em ritmo de espera para entender um pouco mais o que aconteceu. Tivemos um resultado muito na contramão da expectativa"**
>
> ***Robson Rodovalho,*** *fundador da Sara Nossa Terra*

A mensagem, no entanto, não representa um rompimento integral de Malafaia com a família. No dia seguinte à divulgação, o pastor afirmou que o conteúdo havia sido enviado em uma conversa reservada e vazada por um amigo. Ele também voltou a defender Flávio pela decisão de deixar o Brasil, a quem chamou de perseguido político. O episódio revela uma relação marcada por proximidade histórica, apoio eleitoral e críticas à estratégia dos filhos do ex-presidente. Malafaia esteve ao lado de Jair Bolsonaro em mobilizações políticas e respaldou a candidatura de Flávio, mas passou a expor divergências sobre a forma como o grupo conduz a reação à derrota. O **Correio** entrou em contato com Malafaia, mas até o fechamento desta matéria não havia respondido. O espaço permanece aberto.

Outro sinal de distanciamento veio do bispo Edir Macedo, fundador da Igreja Universal do Reino de Deus. Diferentemente de 2022, quando a denominação apoiou a reeleição de Jair Bolsonaro, a Universal evitou declarar apoio a Lula ou a Flávio no segundo turno. Durante um culto realizado no dia da votação, Macedo criticou o lema "Deus, pátria e família", associado ao bolsonarismo, e defendeu outra ordem de prioridades. "Eu não aprovo aquela teoria 'Deus, pátria e família' (...). Primeiro Deus, segundo a família, e terceiro o Estado, ou o que mais queira ser", afirmou. O bispo também questionou: "Se não houver família, vai haver pátria? Impossível!". A fala foi interpretada como uma crítica ao discurso político da família Bolsonaro, embora não constitua uma declaração formal de rompimento.

Rodovalho também chama a atenção para um possível movimento de afastamento das igrejas da atuação político-partidária. Segundo ele, parte das lideranças defende uma retomada do foco na missão religiosa. "Tenho ouvido vários líderes dizendo que realmente nossa missão é mais espiritual, vamos ficar nesse raio, que é mais claro biblicamente falando. E que a igreja possa se mover", relata. O bispo, no entanto, pondera que a participação no debate público não pode ser tratada de maneira simplista, especialmente quando estão em jogo a democracia e a liberdade religiosa.

47,4 MILHÕES

Quantidade de evangélicos no Brasil, segundo o Censo Demográfico de 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o equivalente a 26,9% da população nessa faixa etária. Em 2010, eram 35 milhões, ou 21,6%.

Força eleitoral

O movimento ocorre em meio à força eleitoral do segmento evangélico. O Censo Demográfico de 2022, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), contabilizou 47,4 milhões de evangélicos com 10 anos ou mais, o equivalente a 26,9% da população nessa faixa etária. Em 2010, eram 35 milhões, ou 21,6%. O crescimento de 5,3 pontos percentuais em 12 anos consolidou os evangélicos como um dos grupos religiosos de maior expansão no país e ampliou sua relevância para candidaturas que buscam construir maioria nacional.

A influência das lideranças religiosas sobre o voto também é significativa. Pesquisa Datafolha divulgada em outubro indicou que 39% dos evangélicos consideram que a opinião de líderes religiosos exerce algum grau de influência na escolha presidencial. Entre católicos, o índice era de 31%; no conjunto do eleitorado, de 30%. O dado ajuda a explicar por que pastores e bispos são procurados por candidatos e partidos durante as campanhas. A influência, entretanto, não significa que o eleitor evangélico siga de forma automática a orientação de sua igreja, já que a decisão também envolve fatores econômicos, sociais e políticos.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Sete Prisioneiros, Informações sobre a vítima e Abusado no Brasil noir

Um investigador solitário, um traficante cercado pelas contradições do morro e um jovem aprisionado pela exploração do trabalho revelam como violência, desigualdade e corrupção se articulam com a vida cotidiana e a economia. Dinheiro e agentes públicos atravessam a fronteira sinuosa entre legalidade e crime de um Brasil noir.

Publicado em 2002 pela Companhia das Letras, *Informações sobre a vítima* marca a estreia do ex-delegado Joaquim Nogueira no romance. Seu protagonista, Venício, está longe dos superdetetives: solitário, mora num apartamento modesto, dirige um Fusca e usa o telefone da vizinha. Investiga por conta própria o assassinato de um amigo policial, movido pela lealdade e por um senso pessoal de justiça.

Suas diligências percorrem o submundo paulistano: um padrasto acusado de estupro, um traficante e sua mãe hipertensa, um bicheiro generoso com autoridades e funcionários da própria delegacia. Após o assassinato do colega, um personagem pergunta: "Onde é que nós estamos? A bandidagem não respeita mais a polícia?". A fala expõe o abalo da autoridade pelas cumplicidades.

Venício gasta a sola do sapato, conversa com informantes e observa comportamentos. Nessa humanidade sem glamour, o investigador busca justiça dentro de uma engrenagem que também produz arbitrariedade e impunidade. O sistema aparece pelo avesso, com seus conflitos e sua banda podre. Sem spoiler, o problema estava dentro da polícia paulista.

Em *Abusado: o dono do morro Dona Marta*, publicado em 2003, pela Record, Caco Barcellos muda o ponto de observação. Reportagem de fôlego, acompanha Juliano VP, nome usado para retratar o traficante Marcinho VP, Márcio Amaro de Oliveira, e reconstitui a vida no Santa Marta, em Botafogo.

Filho de uma família nordestina pobre, Juliano cresce entre o trabalho na birosca do pai, a disciplina violenta em casa e a sedução do dinheiro do tráfico. Os pequenos serviços abrem caminho para sua ascensão. O interesse pelos livros, as inquietações políticas e o contato com intelectuais, entre eles o cineasta João Moreira Salles, expõem as contradições de sua inserção numa organização sustentada pelo comércio de drogas e pela violência.

O Comando Vermelho, suas disputas com facções rivais e as relações com a polícia são o contexto da história. A gravação do clipe de Michael Jackson, dirigido por Spike Lee em 1996, explicitou esse poder: a segurança organizada pelo tráfico projeta o chefe local para além do morro. Num confronto, a ordem de Doente Baubau abrindo caminho para Juliano ferido ilustra o ambiente de terror: "Sai pra rua não. Sai não. O bicho vai pegá!". Marcinho VP foi assassinado por asfixia em Bangu III, em 28 de julho de 2023, meses após o lançamento do livro. Não confundir com Márcio dos Santos Nepomuceno, o Marcinho VP, chefão do Comando Vermelho, transferido de Bangu III para o presídio de segurança máxima de Campo Grande (MS) e suspeito de mandar matá-lo.

Vida banal

E o *Sete Prisioneiros*? O filme de Alexandre Moratto estreou no Festival de Veneza em 2021. Christian Malheiros interpreta Mateus, um dos quatro rapazes que saem do interior paulista para trabalhar num ferro-velho na capital. Luca, vivido por Rodrigo Santoro, transforma a promessa de emprego em cativeiro. Transporte, cama e alimentação viram dívidas que o trabalho nunca consegue quitar.

A servidão por dívida, as ameaças e a cumplicidade policial fecham as saídas. O drama se aprofunda quando Mateus percebe que conquistar a confiança do explorador pode melhorar sua própria situação à custa dos companheiros. A sobrevivência torna-se instrumento de cooptação. O ferro-velho integra uma cadeia produtiva: a exploração alimenta negócios e conecta a clandestinidade à economia formal.

A economia informal que surge da "vida banal" nas cidades brasileiras, cujas políticas públicas são capturadas por grandes interesses privados, não existe desacoplada do mercado formal, lembrava o laureado geógrafo Milton Santos. O melhor exemplo é a reciclagem da latinha de alumínio, o Brasil reaproveita mais de 85% do alumínio que consome. Mas essa conexão também vale para a máfia do gás, o vendedor de água mineral e o gatonet. O roubo de celulares só existe porque há um mercado paralelo que faz parte da cadeia de consumo.

São dimensões complementares do mesmo problema. No Rio, a topografia, as redes locais e a receita das drogas favoreceram o controle armado de comunidades, ampliado para outras áreas e mercados, em disputa com milícias. Em São Paulo, o PCC cresceu para além das prisões e do tráfico, diversificando negócios e conexões. O epicentro da territorialização, a transformação do tráfico de drogas e das milícias em complexo mafioso está nesses dois estados.

Está aí o xis do problema da implantação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e da recriação do Ministério dedicado a coordená-lo. Instituído em 2018, na gestão de Raul Jungmann, o Susp oferece uma base para integrar instituições e agora foi constitucionalizado, o que aumenta a responsabilidade do governo federal no combate ao crime organizado. Reeleito, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu destinar R$ 1,5 bilhão do Orçamento da União para implantação do Ministério da Segurança Pública.

Entretanto, mudar o desenho administrativo não desmancha redes criminosas nem garante a cooperação com governos que fazem oposição, cujas polícias são briosas de sua autonomia e, ao mesmo tempo, fracassam no combate à criminalidade e à corrupção. Houve, sim, redução do número de homicídios, mas a expansão do crime organizado e sua infiltração na economia formal, na administração pública e na política partidária é fato.